



OLAC

OBSERVATORIO LATINOAMERICANO Y CARIBEÑO

Revista

OBSERVATORIO LATINOAMERICANO Y CARIBEÑO

Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe · IEALC

ISSN 1853-2713

<https://publicaciones.sociales.uba.ar/observatoriolatinoamericano/>

Volumen 8 · Número 1 (enero-junio, 2024)

Revolução, violência e democracia. O regime mexicano interpretado por Elena Garro (1954-1968)

Mariana Adami

RECIBIDO: 30 de abril de 2024

APROBADO: 12 de julio de 2024

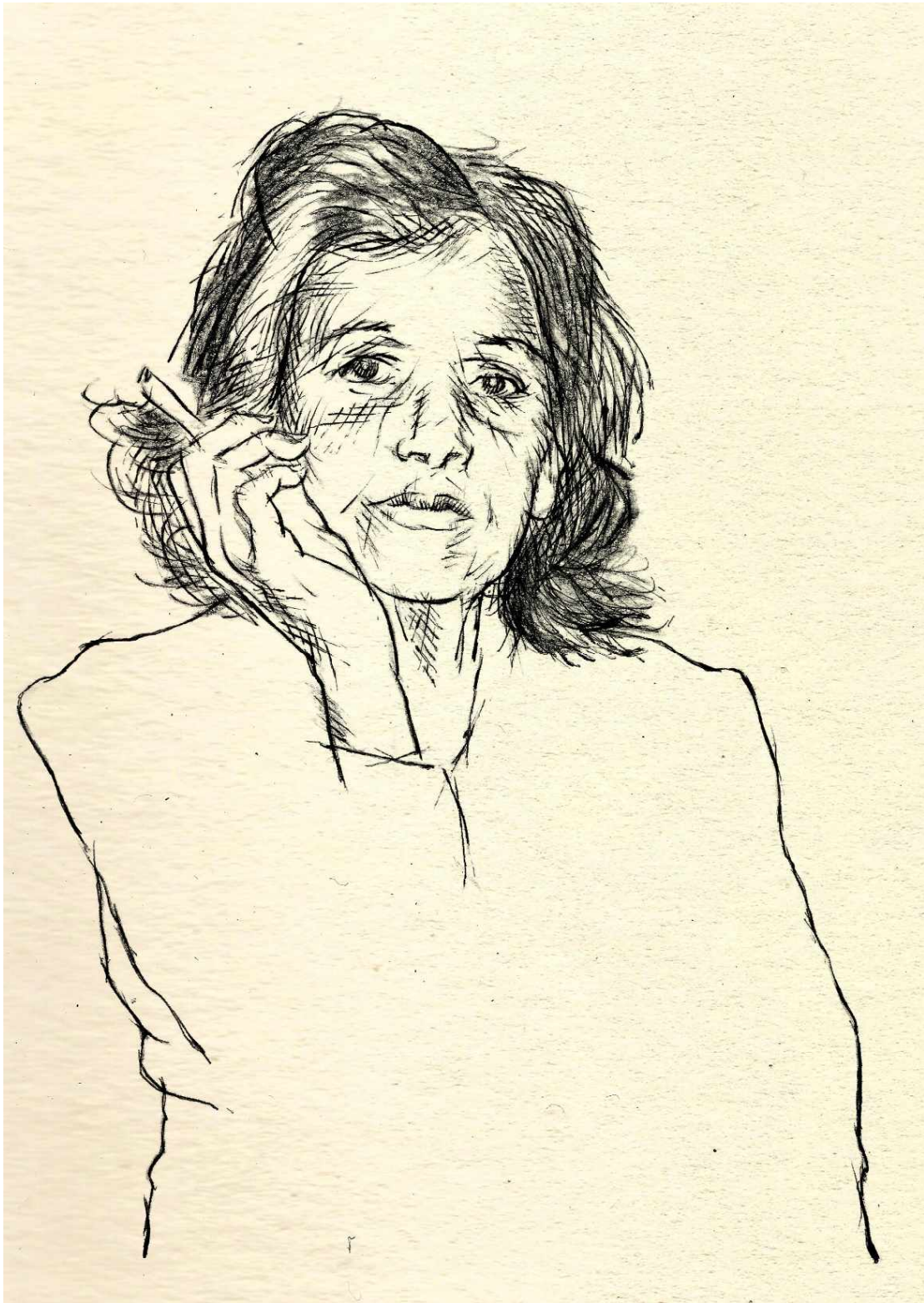


Ilustración por Ignacio Andrés Pardo Vásquez [@ignanpv] - Chile

Revolução, violência e democracia. O regime mexicano interpretado por Elena Garro (1954-1968)

Mariana Adami
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
marianaadamirevisoes@gmail.com

Resumen

Grande parte dos estudos sobre a política mexicana contemporânea se dedicam ao processo da Revolução Mexicana ou ao esfacelamento do Estado pós-revolucionário a partir da crise do autoritarismo com o Massacre de Tlatelolco (1968). Este artigo busca olhar ao período anterior, de fortalecimento do caráter autoritário no Estado. O objetivo é compreender algumas tensões e disputas no cenário político frente às investidas violentas –concretas ou simbólicas– dos governos do Partido Revolucionário Institucional entre 1954 e 1968. Esse momento marca uma virada nas estruturas políticas do regime: o centro se desloca da Constituição de 1917 à hegemonia partidária legitimada por discursos e práticas autoritárias. Para isso, analisa-se a obra jornalística e literária de Elena Garro (1916-1998), buscando suas interpretações sobre o debate político no México em meio à guinada e subsequente crise do autoritarismo. Também se pretende comprovar que a atuação político-intelectual de Garro é indispensável para entender a produção (ou apagamento) da memória sobre a escritora. Desse modo, o artigo critica a leitura mais corrente de que Garro teria sido sabotada por Octavio Paz e seu círculo letrado. Sustenta, ao contrário, que a autora foi uma voz importante e atuante no debate público mexicano – sendo seu esquecimento explicado por razões múltiplas, entre as quais seu papel de intelectual opositora do priismo.

Palabras clave: *Elena Garro – regime pós-revolucionário – violência – história intelectual*

Abstract

Great part of the studies about Mexican contemporary politics are centered on the Mexican Revolution or on the dissolution of the post-revolutionary State, started with authoritarianism crises caused by the Tlatelolco Massacre (1968). This article seeks to examine the previous period, when the authoritarian feature of the State was increased: the objective is to comprehend some of the tensions and disputes on political scenery in face of the – concrete or symbolic – violent charges of the Partido Revolucionário Institucional governments (1954-1968). We understand this moment as a meanful turn on the political structures of the regime: the center is displaced from the 1917's Constitution to the party supremacy, legitimated by authoritarian discourses and practices. Therefore, the text looks to literary and journalistic Works of Elena Garro (1916-1998), analyzing her interpretations of Mexican political debates during the rise and ensuing crisis of authoritarianism. We also seek to prove that Garro's political and intellectual acting were fundamental elements into comprehending the memory production (or memory erasure) about the writer. The article, thereby, criticizes the more current view that Garro would have been sabotaged by Octavio Paz and his circle. It argues that the author was an important voice on Mexican public sphere – and its forgetting can be explained by multiple reasons, including Garro's role as intellectual opponent of priismo regime.

Keywords: *Elena Garro – post-revolutionary regime – violence – Intellectual History*

Introdução

No ano de 2000, o México elegeu pela primeira vez desde 1929, um presidente do *Partido Acción Nacional* (PAN). Até aquele momento, o Partido Revolucionário Institucional (PRI) havia ocupado a chefia da nação sucessivas vezes, por décadas, acumulando mais de quinze mandatos. A virada do milênio com a ascensão da oposição ao poder, entretanto, não virou a página mais fundamental da história recente do país: a Revolução Mexicana. Permanecendo apenas dois sexênios no cargo mais alto do executivo, o PAN cedeu lugar a seu tradicional adversário político, cujo retorno se personalizou na figura de Enrique Peña Nieto. Junto com ele, voltaram os discursos de uma Revolução ainda inacabada e apontamentos das fragilidades de um governo à direita – que só poderiam ser solucionadas com a volta do “partido oficial” ao lugar que ocupou por tantos anos.¹

As eleições subsequentes, bem como a maior parte dos eventos cívicos, pronunciamentos de autoridades públicas, celebrações nacionais permaneceram utilizando a referência da Revolução. Um caso mais recente é o discurso proferido pelo atual presidente López Obrador, por ocasião dos 111 anos do processo, no qual pretendeu justificar sua aproximação com o exército e o enorme poder conferido a ele durante o mandato de AMLO, associando a instituição à Revolução Mexicana. O chefe de Estado afirmou que

La Revolución de 1910 es la transformación más popular y más profunda que se há registrado em nuestro país [...]. Además, hay algo que también heredamos de la Revolución, que en esos tempos está resultando esencial para la transformación del país: me refiero a la contribución comprometida de las Fuerzas Armadas. A diferencia de otros ejércitos, el nuestro surgió [...] para oponerse al golpe de Estado que culminó en el asesinato del presidente Madero y del vicepresidente José María Pino Suárez. Surgió el ejército actual para defender la legalidad y la democracia (López Obrador, 2021).

A Revolução como tópica política, em suma, é inescapável. Desde sua institucionalização, falar em um Estado mexicano é, necessariamente, falar na Revolução. Não apenas no debate político tal processo se mostra um ponto de inflexão, já que grande parte das pesquisas em História Contemporânea do México retomam diretamente a ruptura política ou seus desdobramentos. Seja no cânone historiográfico – composto, por exemplo, por Daniel Cosío Villegas (1972), Octavio Paz (1976), Arnaldo Córdova (1973), Adolfo Gilly (1972), Friedrich Katz (1982)–, seja em trabalhos mais atualizados – como os de Lorenzo Meyer & Héctor Aguillar Camín (2000), Allan Knight (1990), Enrique Krauze

¹ A despeito do discurso encampado pelo PRI na ocasião, o governo de Peña Nieto foi marcado por reformas de caráter neoliberal e uma aproximação ao conservadorismo católico. Nesse sentido, a Revolução opera muito mais como um dispositivo do vocabulário priista que sensibiliza a população e evoca uma memória coletiva, do que efetivamente um norte para suas políticas de governo. Tal uso da ideia de Revolução sugere um valor simbólico de peso que opera com sucesso, até mesmo esvaziado de conteúdo – ou seja, de valores compatíveis com a Revolução de 1910.

(1994) – a historiografia mexicanista se dedica intensamente a analisar dos confrontos revolucionários à fundação do Estado mexicano nos anos 1920 e 1930, posteriormente, o desmonte deste mesmo Estado pela crise do autoritarismo em 1968, ano do Massacre de Tlatelolco.

Há, contudo, uma grande lacuna nas pesquisas da história recente do país: os longos anos de governo do PRI e a produção de sua hegemonia na esfera pública² mexicana são um tema insuficientemente explorado pelos historiadores. Uma espécie de naturalização invadiu os textos acadêmicos, que falam amplamente sobre os tons violentos e autoritários característicos da sufocante burocracia priista, sem problematizações e investigações detalhadas de como se formatou esse modelo de governança. O período compreendido entre as décadas de 1940 e 1960 ainda é sub-estudado e as complexidades que perpassam a associação entre o discurso de uma Revolução eternamente em curso e práticas autoritárias carecem de maior análise. Em outras palavras, é preciso compreender melhor como um modo de se fazer política por meio da violência se tornou institucional e hegemônico.

Em meio a um mar de fontes que congrega falas presidenciais, cultura visual, leis e decretos, registros de organizações civis e/ou movimentos sociais – como a Central Nacional Campesina (CNC) e a Confederação Regional Obreira Mexicana (CROM) –, produção intelectual e outras, os escritos de letrados se mostram privilegiados para examinar as décadas em questão. Como partícipes ativos do debate público, os membros das elites culturais latino-americanas não apenas observavam e descreviam o processo de construção e as tensões em torno das instituições mexicanas, mas igualmente disputavam, tomavam partido e dialogavam com os diversos agentes da esfera pública (Altamirano, 2010, p. 9).

Da perspectiva da História Intelectual, pensar projetos estatais, dinâmicas políticas e a reverberação pública da agência política – de letrados ou políticos – demanda a análise de como as ideias e conceitos que norteiam o fazer político foram gestadas e por quem são elaboradas e reelaboradas, em um jogo que se atualiza constantemente. Dito de outro modo, o que essa abordagem – com a qual nos alinhamos – indica é a necessidade de

²A noção de esfera pública utilizada aqui advém das teorias elaboradas por Jürgen Habermas e Pablo Piccato, podendo ser entendida, de modo simplificado, como um espaço de produção e debate racional de ideias em uma sociedade moderna. O que, no caso mexicano, implicava em desconsiderar uma parcela significativa da população que não fora introduzida ao mundo letrado e não encontrava espaço para elaborar e expor suas ideias. Assim, a figura do intelectual no México ocupa um lugar de mediação social e cultural indispensável, já que setores mais engajados desta intelectualidade se aproximavam dos numerosos grupos marginalizados e amplificavam suas pautas; Portanto, falar como cidadão (ou intelectual) pelo público significava, ao menos no México, assumir um papel de representação de grupos cuja voz não era bem recebida no espaço público, como camponeses, indígenas, operários. Para saber mais sobre este debate, conferir: Habermas, J. (2014). *Mudança estrutural na esfera pública*. Editora Unesp & Piccato, P.; Sacristán, C. (orgs.). (2005). *Actores, espacios y debates en la historia de la esfera pública en la Ciudad de México*. Instituto Mora: Universidad Nacional Autónoma de México.

tratar os léxicos e práticas políticas como produto intelectual de grupos que são atravessados pelo poder – ocupando-o ou se opondo a ele (Sarlo, 2016, p. 146).

Dessa forma, interpelar os textos de intelectuais ativos na discussão sobre a realidade em que viveram, averiguando também seus contextos de produção – momento de escrita e publicação; conteúdos e argumentos; interlocutores; interesses e intenções ao escrever; o lugar do texto na obra completa do autor; sua circulação e recepção; entre outros – é um caminho valioso para olhar a conformação sócio-política de um determinado recorte, bem como suas fissuras e contradições (LaCapra, 1989).

Uma das figuras emblemáticas no debate político mexicano em meados do século XX – ainda que subvalorizada por este papel – foi Elena Garro (1916-1998). Nascida em Puebla, nos arredores da capital mexicana, cresceu no seio de uma família de classe média, profundamente católica e que engrossou as fileiras revolucionárias. Quando jovem adulta, Garro se mudou para a Cidade do México, a fim de estudar Letras na Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), onde iniciou sua formação intelectual jamais concluída. Isso porque também na faculdade conheceu o então estudante de Direito, Octavio Paz, com quem iniciou um relacionamento e posteriormente se casou. Após o matrimônio, Garro acabou por abandonar os estudos e interromper brevemente o projeto de atuar como escritora. No entanto, em 1937, durante uma temporada na Europa, começou a trabalhar para a imprensa francesa e correspondente de periódicos mexicanos, a fim de compor a renda que servia de subsistência para o casal no velho continente.

A carreira como jornalista abriu portas para adentrar circuitos letrados europeus e latino-americanos³, construindo redes intelectuais transnacionais dentro das quais paulatinamente se consolidou como uma voz de autoridade nos campos da cultura e política⁴. A autora escreveu dezenas de contos, romances, peças de teatro, crônicas, artigos, entrevistas, reportagens que versaram sobre as artes e intelectualidade latino-americana, a história mexicana e os embates político-partidários de sua época. Particularmente, entre 1954 e 1968, sua obra periodística e literária propôs leituras da realidade e dos problemas enfrentados em seu país, como a questão fundiária e o

³ Dentre os círculos pelos quais passou Garro é possível mencionar o grupo de surrealistas franceses em torno de Andre Breton, Jean-Clarence Lambert e Marcel Camus; a Revista Mexicana de Literatura, que congregava grandes nomes da intelectualidade nacional, como como Rosario Castellanos, Guadalupe Amor, Elena Poniatowska, Emma Sperati, Isabel Frayre; os intelectuais ligados à Revolução Cubana e/ou a editora *Casa de las Américas*, Régis Debray, Roberto Fernández Retamar, Emmanuel Carballo e Carlos Fuentes; os membros do *Grupo Sur*, Victoria Ocampo, Jorge Luis Borges, Adolfo Bioy Casares e José Bianco; os integrantes de *Poesía en Voz Alta*, Juan de la Cabada, Cesar Vallejo, Octavio Paz, Carlos Solórzano, Juan José Arreola, Emilio Carballido.

⁴ Em 1963, foi laureada com o Prêmio Xavier Villaurrutia, de literatura mexicana, por seu livro *Los recuerdos del porvenir*, publicado no mesmo ano. A obra propõe uma contra-narrativa de Revolução gloriosa, apontando incompletudes e insuficiências do Estado que se erigiu a partir dos anos 1920, o que resultou, no enredo, na miséria da população e a alienação de seu poder de ação no espaço público, pelo medo imobilizador dos representantes revolucionários.

campesinato, a participação dos povos indígenas no corpo civil e, mais intensamente, o regime priista e a violência estatal empreendida contra a população.

Talvez seja essa uma das preciosidades de sua obra jornalística e ficcional, já que atualizou as questões de 1910 e interpretou seu próprio tempo olhando para as faltas, escassezes e incompletudes de uma ruptura política que carregou em si muitas continuidades e mazelas não resolvidas. A Revolução Mexicana se tornou objeto de culto e sua sacralização dificultou que narrativas não-oficiais ocupassem lugar na historiografia. O período posterior aos confrontos, por sua vez, demorou a ser debatido e problematizado pelos historiadores graças à ideia engendrada pelo PRI de que a Revolução não estava completa e que o fazer político deveria concretizá-la em algum momento imprevisível (Aguilar Camín & Meyer, 2000).

Nesse eterno presentismo de um processo que jamais se encerra, o regime pós-revolucionário não era entendido como um espaço de disputas de interesses que foram se modificando e criando novos jogos de poder, mas a mera execução de um projeto lançado entre 1910 e 1917 – ano de aprovação da Constituição Revolucionária. Visto desse modo, não era da alçada das elites culturais⁵ discuti-lo, questioná-lo e tensioná-lo. Garro, contudo, não assumiu para si este papel de espectadora: seu projeto intelectual parece ter ido na contramão da espera passiva pelo futuro mais igualitário e escancarado as contradições do regime.

A intelectual desestabilizou alguns consensos analíticos sobre o Estado pós-revolucionário e propôs novas leituras para o passado mexicano, bem como seu presente, tornando-se uma interessante intérprete da sociedade em que viveu. Assim, defendemos que uma análise de seus textos e argumentos como documentação histórica podem responder a importantes perguntas acerca da arena política nacional: qual é o papel da Revolução e da narrativa histórica na legitimação do poder do PRI? Como o autoritarismo ganhou força e aceitação em meados do século XX? De que modo os líderes políticos e a intelectualidade se relacionaram com as instituições revolucionárias? Como setores discordantes do regime priista entendiam a Revolução e o que propunham para a política mexicana?

As provocações e argumentos que Garro lançava em suas leituras sobre a realidade do México contemporâneo são, a nosso ver, um relevante caminho para complexificar a circulação de ideias daquele momento, lançando luz para modos de interpretar os rumos da política nacional para além da chave incontornável da Revolução. A escritora inseriu as noções de democracia e violência estatal em suas análises e colocou o México dentro

⁵ Um dos mais importantes autores da História Intelectual que se produz atualmente, Carlos Altamirano, entende as elites culturais como: “hombres y mujeres, sean escritores o artistas, creadores o difusores, eruditos, expertos o ideólogos, en el papel que los hace socialmente más visibles: actores del debate público, el intelectual como ser cívico – “conciencia” de su tiempo, intérprete de la nación o voz de su pueblo” (Altamirano, 2010, p. 9).

de uma atmosfera política e intelectual mais ampla – isto é, que ultrapassava as fronteiras nacionais – em que se discutia, por exemplo, o autoritarismo e os regimes autocráticos.

Intérprete de seu tempo

Um escrito que sobrevive ao passar dos anos é testemunho de seu tempo. Não é de hoje que os historiadores concordam nisso. Seja em linguagem explícita ou figurada, a produção escrita é uma rica entrada para estudar os processos históricos. Ainda assim, alguns textos escritos por sujeitos muito ativos na esfera pública são fontes preciosas para a historiografia, porque registram não apenas reflexões individuais e códigos culturais de sua época, mas também permitem reconstruir discussões complexas que preocupavam as elites culturais e reverberavam diretamente na arena política, quer em movimentos organizados, quer nas instituições públicas.

Elena Garro se dedicou ao ofício de escritora como quem assume um compromisso espiritual de propagar e viver aquilo que elabora em palavras. Essa espécie de sacerdócio intelectual a que se consagrou tornou seu trabalho maior do que um exercício de meditações racionais: a tinta que lançava no papel em branco era quase sempre resultado de investigações obsessivas em bibliotecas, arquivos, comunidades camponesas, centrais de trabalhadores ou reuniões com figuras ilustres da política tradicional. Ser primeiro jornalista fez da letrada uma intérprete com os pés no chão e o bloco de anotações no bolso. Dessa maneira, se afastou da consolidada tradição ensaística e produziu uma escrita original, na qual se encontram tom literário e rigor metodológico; liberdade criativa e embasamento documental; figuras de linguagem e solidez argumentativa. Quando produziu jornalismo, abusou de ironias e lirismos. Quando fez literatura, consultou e referenciou fontes históricas. Materializou em seus textos a experiência histórica de um México com muitas lacunas na história, marginalizações sociais e em plena efervescência cultural.

No início da década de 1950, Garro se recuperava de uma grave enfermidade neurológica – mielite – e após recolhimento na Suíça, regressou ao México. Em um período de quatro anos, escreveu duas de suas grandes obras literárias: o romance *Los recuerdos del porvenir* e a peça de teatro *Felipe Ángeles*. Ambas foram resultado de pesquisa aprofundada sobre a história recente do México e algumas páginas mal resolvidas do passado revolucionário. Enquanto em *Los recuerdos del porvenir* resgatou relatos e canções populares do conflito *cristero* para atribuir novos significados aos católicos e agraristas que lutaram contra o governo na imposição de um novo Código Penal, em *Felipe Ángeles* a autora consultou um longo processo judicial que condenou o general homônimo a fuzilamento por supostamente trair a Revolução, a fim de narrar sua história como um martírio.

Os dois trabalhos de literatura sinalizam tendências presentes na produção de Garro ao longo dos anos seguintes. Primeiramente, o já mencionado ímpeto detetivesco que norteou tanto livros, quanto suas colunas nos periódicos *Siempre!*, *Sucesos Para Todos*, *¿Por qué?*, *Excélsior*, *Presente* e *Novedades*. Em segundo lugar, um projeto de trazer à luz – enaltecendo – personagens que foram punidos pelo Estado (pós-)revolucionário ou seus idealizadores, terminando apagados da narrativa histórica oficial. Por fim, uma notável preocupação com temas como a violência política, a pulverização de uma república nos moldes democráticos e o abandono da população pelo governo, ao se afastar das bandeiras como a reforma agrária e os direitos indígenas.

Mi experiencia en este caso de Ahuatepec iba a confirmar lo que siempre he creído, que hay dos Méxicos: uno minoritario, que goza de todos los privilegios; y el otro, el indígena, que vive privado de todo derecho y toda garantía. Sé muy bien que afirmar esto es un atentado. Sobre todo, desde que la Revolución declaró a los indios bandera de la Patria. Pero, desgraciadamente, la verdad oficial está muy lejos de la verdad (Garro apud Lopátegui, 2014, p. 167-168)

Durante os anos 1950 e 1960, Elena Garro se dedicou exaustivamente a debater esses assuntos em peças ficcionais de grande qualidade literária, bem como de denunciar problemas sociais decorrentes da Revolução e cobrar soluções das autoridades, em seus textos *periodísticos*. Para tanto, transitou entre intelectuais, como Carlos Solórzano, Roberto Fernández-Retamar, Régis Debray, Carlos A. Madrazo; entre organizações civis, a exemplo da *Central Nacional Campesina* (CNC); e entre *pueblos* afastados dos centros de poder, como *Nueva Era* e *Ahuatepec*. É dessa experiência de movimentação entre grupos e setores sociais que advém a originalidade de perceber e escancarar tão cedo o avanço do autoritarismo, por entendê-lo já nos anos 1950 como um grave problema nacional.

En los países subdesarrollados como el nuestro, [...] el totalitarismo ha tenido éxito [...]. Por eso la Libertad del Hombre, con mayúscula, se convirtió en la esclavitud de los hombres; el Gobierno del Pueblo por el Pueblo, en el poder absoluto de una camarilla de pseudo intelectuales que no tienen nada que ver con el pueblo; la Emancipación de la Clase Obrera, en la anulación de todos los derechos obreros (Garro apud Lopátegui, 2014, p. 312).

Assim, ao contrário do que afirmaram Camín & Meyer (2000) em sua obra clássica, críticas e enfrentamentos às ações do PRI não ocorriam apenas numa “tímida oposição” que se organizava dentro de partidos minoritários e que teria agido apenas “na medida em que o grupo no poder o permitiu” (p. 239), isto é, sugerindo que até mesmo a oposição existente no regime pós-revolucionário era coordenada por estratégias priistas a fim de criar estabilidade para o partido ao manter a aparência de normalidade no funcionamento das instituições. Garro, com sua obra e atuação intelectual, demonstra que havia vozes

profundamente incômodas para o PRI fora da estrutura partidária e da corrida eleitoral desde pelo menos 1952, ano da redação de *Los recuerdos del porvenir*. A violência estatal, portanto, não foi uma surpresa para a população na década seguinte, que exaltou os ânimos desordenados de estudantes no ano das Olimpíadas no país. Longe disso, já era um fenômeno alarmante, sinalizado por intérpretes como Elena Garro.⁶

A autora, como voz da contracorrente, tenta chamar a atenção do público para essa guinada autoritária que vinha acobertada por um discurso de progresso nacional. O momento de sua escrita, principalmente a década de 1950, foi marcado pela promessa de um projeto modernizador no México, arquitetado e executado pelo Estado. Para este fim, o regime pós-revolucionário se aliou aos setores médios da população - com uma pauta moral e familiar, em termos sócio-culturais, e uma agenda empresário-industrial como resposta econômica - além de controlar e fraudar processos eleitorais. A enorme concentração de poder do “partido monolítico” foi capaz de produzir estabilidade, criar uma aparentemente harmonia social pelo abafamento de conflitos e sustentar a propaganda de incremento econômico, como um conjunto de ações para a “*consolidación de las conquistas revolucionarias*” (Loeza, 1998, p.120-122). O custo disso se traduziu no cerceamento das liberdades, como as mobilizações populares no espaço público, no discurso de valorização do âmbito privado e no restauro de pautas conservadoras e tradicionalistas. Essas medidas, entendidas como princípios do governo “herdeiro da Revolução”, resultaram em desarticulação de grupos políticos de base e no enraizamento

⁶ A consolidação dessa forma de governar usando ameaças e violências efetivas foi chamada posteriormente pela historiografia de consenso autoritário e foi, ao mesmo tempo, uma das motivações da escritora para fazer seu relato literário e a razão pela qual não conseguiu espaço nas editoras mexicanas. Mas a seu tempo, Garro foi inovadora ao escancarar esse sistema de dominação, que se aliava a uma linguagem revolucionária e uma retórica histórica cujo propósito era naturalizar uma constante ameaça conspiracionista, um golpe contra-revolucionário à espreita. A escalada autoritária do Estado foi vista com naturalidade e boa aceitação pela população mexicana e respaldada por uma intelectualidade governista. Sem qualquer compromisso ou aliança com esses grupos, Garro inverteu a lógica de revolucionários e contrarrevolucionários, atribuindo, em seu romance *Los recuerdos del porvenir*, novos olhares e sentidos para um grupo que fora condenado como traidor: os *cristeros*. Grupo que aglutinou religiosos católicos e camponeses agraristas levantados contra Plutarco Elías Calles, os *cristeros* estabeleceram uma relação tortuosa com o regime em formação. Na leitura de Elena Garro, é especificamente a relação com a legislação callista que inflama os ânimos populares: por um lado, Calles teria sido responsável por aumentar a lentidão no processo de repartição integral de terras, previsto na Constituição de 1917 e reivindicação intensa dos agraristas, que sofriam com explorações de grandes latifundiários e empresas estrangeiras. Por outro, o presidente causara enorme mal-estar político ao promulgar leis de forte caráter anticlerical, que versavam sobre a expressão pública de fé dos mexicanos. Os exemplos que mais ofenderam a população foram as leis que previam multa e encarceramento àqueles que saíssem em procissão religiosa sem autorização do Estado ou que celebrassem qualquer tipo de culto - público ou privado - sem prévio consentimento das autoridades civis. A legislação minou espaços de sociabilidade e convivência de uma população fortemente católica, além de reafirmar, por meio do anticlericalismo, o caráter masculino e viril da política pós-revolucionária, uma vez que a Igreja era um dos poucos espaços de protagonismo e decisão femininos. Na interpretação proposta por Garro, há uma subversão da ideia de que os *cristeros* foram reacionários que desejavam atrapalhar o curso da revolução ao positivar sua imagem e associar tal grupo aos setores progressistas, que enfrentaram o “maximato” imposto por Calles. Aprofundamentos deste debate podem ser encontrados em: Silva, C. (2017). Anticlericalismo, uma distinção revolucionária e masculina: os debates na Convenção Constituinte de Querétaro (1916-1917). *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, (23), p. 29-55. <http://revistas.fflch.usp.br/anphlac/article/view/2876>.

de um amplo conformismo político, que eram respaldados pelo autoritarismo estatal. Seu líder máximo e representante encarnado era o presidente da República.

En este período, el Estado mexicano logró afianzar su autonomía frente a la sociedad silenciando las oposiciones con diferentes métodos, desde la compensación económica hasta la represión [...], fue un periodo de consolidación de las estructuras políticas en un contexto de crecimiento económico acelerado (Loaeza, 1998, p. 120).

O clima de otimismo trazido pela pauta modernizadora desviava os olhares de um presente tortuoso para a promessa de um futuro brilhante e próspero. Apesar de discordarmos de que houve um silenciamento das oposições, a historiadora Soledad Loaeza aponta um dado fundamental para compreender o tempo em que viveu Elena Garro: o fortalecimento das lógicas autoritárias no seio do Estado foi aceito por boa parte da população, ora por meio do uso da força, ora por não causar espanto entre diversos setores populares.

Um regime ancorado na violência

A produção desse “consenso autoritário”, ou seja, da concordância – ou, ao menos, da omissão – com práticas violentas do regime contra o povo tinha raízes mais profundas. Não se tratou somente de um discurso encantador que prometeu modernidade e crescimento. Tal fenômeno, quando analisamos os textos de Garro, poderia ser explicado parcialmente pelo fato de que historicamente a violência se tornou constitutiva do *ethos* revolucionário. A autora indica que o caráter bélico dos levantes de 1910 fez com que a violência fosse aceitável naquele contexto, ainda que em caráter excepcional, para depor um poder ditatorial. Continuamente, entretanto, os líderes revolucionários que se colocaram à frente do governo justificavam medidas agressivas – como as investidas contra suspeitos, os fuzilamentos de traidores, as perseguições a críticos, as censuras de meios de comunicação – com a preservação do legado revolucionário.

Em seus artigos jornalísticos e textos literários, Garro percebeu um processo central para a compreensão da política: muito mais do que ser um instrumento momentâneo para a deposição de um líder autoritário, a violência se converteu em elemento fundante do Estado moderno mexicano. A violência e o autoritarismo não eram meras ferramentas do Estado em meados do século, mas sua própria forma de ser. Por sua vez, o regime que se estabelece, terminada a insurreição popular, se sustenta sobre a imagem de herdeiro da Revolução e está autorizado a usar tudo o que fosse necessário para garantir sua perpetuação.

ÁNGELES: [...]pero tal vez toda revolución está condenada a una mentira final: la del que queda con el triunfo en la mano, porque ése antes ya recorrió el largo camino de la

intriga y el crimen, y porque miente para ocultar sus fines personales y sus intereses opuestos a la Revolución [...]. ¿No ve, abogado, que un revolucionario en el poder es una contradicción? (Garro, 2016, p. 195).

A própria ideia de que a Revolução estaria inacabada e em constante fase de concretização, ecoada pelo PRI durante décadas a fim de se legitimar no poder, ajudou a naturalizar e conservar a violência revolucionária. Propagando a imagem – também bélica – de que o regime revolucionário estava constantemente sujeito a ataques, o PRI tornou a violência um elemento imprescindível para governar. Garro, contudo, alerta seus leitores para os perigos de uma vida pública que parece estar sempre em meio a uma guerra, permeada por medo: se de um lado haveria ações estratégicas, de outro, o terror imobilizaria ou aniquilaria a existência.

DIÉGUEZ: La traición nos ronda, nos aguarda a cualquier hora y en cualquier lugar. Y todos hemos ido terminando así y ninguno de nosotros tendrá un final distinto. Da lo mismo llamarse Zapata, Ángeles o Madero... (Garro, 2016, p. 183)

ÁNGELES: Y más tarde [...], hasta que [...] el Estado se convierta en un monolito enemigo, que asesina a todo aquello que se opone a su poder. (Garro, 2016, p. 195)

Ao tornar a violência aceitável e até mesmo necessária, o Estado faz com que a população encare com normalidade o autoritarismo e não veja como agressão a alienação de suas liberdades e direitos. Todavia, como ponto de inflexão, Garro escancara as diversas formas de opressão empreendidas pelos governos pós-revolucionários que violentavam a vida dos mexicanos. A desnaturalização da violência em seus textos é tão profunda que além de reumanizar personagens escarnificados, problematizando assassinatos, perseguições e censuras, ela amplia a noção de violento, pautando como formas de agressão os despojos de terra, as fraudes documentais e jurídicas, as chantagens, o descrédito dos intelectuais e movimentos sociais: “Sólo queda la ira producida por la miseria y la violencia ejercida sistemáticamente sobre sus habitantes, en especial por los campesinos, por (...) gobiernos consecutivos de traidores a su patria” (Garro *apud* Lopátegui, 2014., p. 330)

Garro, portanto, entendia o abandono dos mais vulneráveis por parte do governo como uma enorme violência, outra temática constante em seus escritos. A percepção de que a violência não é apenas sinônimo de agressão física e crimes tradicionais, mas que possui uma dimensão simbólica é um dos entendimentos fascinantes de sua obra. Em especial, porque submeteu a violência à análise, versando sobre ela em praticamente todos os seus artigos. Quando opta por desnaturalizar a violência como fato, Garro consegue procurar origens, manifestações, causas, ocorrências, de modo que o fenômeno da violência governamental se torna uma espécie de obsessão de pesquisa e escrita da autora. Em oposição a ela, propôs uma outra forma de entender a Revolução Mexicana,

circunscrevendo o momento de luta armada a um período efêmero e vendo como estruturação das bases revolucionárias a institucionalização do movimento.

Leis e direitos no regime pós-revolucionário

Se houve uma grande concordância entre Elena Garro e o PRI das décadas de 1950 e 1960, foi o reconhecimento da importância que a criação das instituições revolucionárias teve para a política mexicana no século XX. Diferiam, contudo, na maneira de entender o papel desta estrutura institucional: o regime priista atribuiu ao presidente lugar de centralidade no jogo político, agregando uma aura de divindade à figura do chefe do Estado (Aguilar Camín & Meyer, 2000); enquanto o partido era uma espécie de agente dúbio, que congregava todo e qualquer interessado em se afiliar – o que gerou muitas incoerências e problemas de coesão interna –, mas só garantia benesses a alguns poucos eleitos. Garro, a seu turno, não atribuía tamanha relevância a esses dois elementos da engrenagem revolucionária. Para ela, havia uma série de produções coletivas muito mais impactantes no cotidiano político para garantir a sobrevivência da ação revolucionária, que dialogavam diretamente com sua interpretação sobre o que era a Revolução em si.

Filha do maderismo, do vasconcelismo e do liberalismo clássico, a intelectual se atinha fortemente à via legalista de concretização das bandeiras de “Tierra y Libertad”, valorizando muito a transparência governamental e o debate de ideias como meios para o fazer político. Defendia que os líderes da nação deveriam ser sujeitos bem formados, que pudessem escutar e atender as demandas populares, norteados por princípios morais firmes e comprometidos com o seguimento das leis. Cultura, sabedoria, parcimônia, benevolência torná-los-iam honrosos e virtuosos. Articulando ética e moral no campo político, a autora de formação católica associava a grandeza dos atos públicos à rigidez dos valores íntimos. Não em vão admirava tanto a Francisco I. Madero, já que além de propostas que lhe agradavam, tinha uma biografia correspondente ao que considerava um verdadeiro revolucionário.

Madero es el revolucionario que no miente, no exagera, ni promete lo que no piensa cumplir. Su procedencia, su estricta educación dentro de los valores morales y religiosos, su espíritu de responsabilidad, lo hicieron no desdecirse nunca la palabra empeñada o la promesa dada, aun a costa de su propia vida (Garro *apud* Lopátegui, 2014, p. 463).

Como seu inspirador, Garro acreditava que o levante havia sido necessário em um momento extremamente pontual e excepcional de destituição do porfirismo. Entretanto, a essência Revolucionária estaria nos frutos das convenções posteriores – em especial, a Constituição de 1917.

Creo que una revolución no es sólo la toma de unas ciudades por los grupos revolucionarios, sino el establecimiento de unas leyes. Las leyes las tenemos en México desde hace muchos años, y si bien es cierto que la Revolución en México ha sido traicionada de hecho, muchas veces también es cierto que la Revolución está vigente, mientras sus leyes sigan vigentes (Garro *apud* Lopátegui, 2014, p. 318).

As leis, portanto, eram a tradução escrita do que se pleiteava com os conflitos armados e o regime pós-revolucionário se propunha a cumprir. O Estado, aliás, tem exatamente essa função, na perspectiva da letrada: resguardar a Revolução expressa em forma de lei e aplicar as normas constitucionais. Seguindo sem desvios essa fórmula, acreditava que cumpririam uma das grandes promessas do movimento, que era a atenção aos mais necessitados – camponeses e indígenas, fundamentalmente. O partido, em sua visão, tinha apenas o papel de zelar pelas causas revolucionárias, mas sem ter a pretensão de criar um monopólio. A expressão da vontade popular só seria plena, para Garro, se encontrasse espaço para discordar do partido e apontar suas falhas. Tal dinâmica só seria possível dentro de um regime democrático que é, possivelmente, a síntese de como a escritora entendia a Revolução. Democracia era, nesse sentido, um termo equivalente, pois para ela era inconcebível uma revolução legitimamente popular sem que houvesse garantia de liberdades e direitos básicos, prevista no Estado democrático.

La Revolución mexicana tiene su propia lógica y su propio mecanismo; así, para preservarse, le fue necesaria la creación de un partido único. Pero al cerrar la posibilidad del juego democrático, cerró también la posibilidad de una democracia interior, única forma de preservar la dialéctica revolucionaria dentro de las filas mismas de la Revolución. Por lo tanto, la Revolución Mexicana perdió, en unos cuantos años su efectividad y creatividad creadoras y, con ellas, la fe de los mexicanos. El PRI se convirtió en una nueva casta opresora, enemiga natural de los principios que representa (Garro *apud* Lopátegui, 2014, p. 456)

Na obra de Garro, diversos textos sugerem que a defasagem dessa estrutura, que permitiu a escalada autoritária veio do personalismo e do desejo individual de poder. Em reportagens sobre a concentração fundiária e as dificuldades para regularizar um lote de terra camponesa, a intelectual apresenta números assombrosos que atestam uma larga corrupção na reforma agrária, demonstrando um maior crescimento dos latifúndios em detrimento da pequena propriedade. Isso porque acordos secretos e trocas de favores que garantissem a hegemonia dos representantes do PRI em todo o território privilegiavam autoridades locais, ao invés de cumprir a vasta legislação – como cita em *El problema agrario sigue em pie después de 50 años de Revolución* (1965), composto pela Constituição de 1917, o *Reglamento de inafectibilidad agrícola y ganadera*, a *Ley Florestal*, a *Ley de Terrenos Baldíos y Demasías* – que visava a beneficiar os habitantes de zonas rurais. Na *Breve Historia de Ahuatepec* (1959), relata com detalhes as dificuldades vividas pelos camponeses que se

dirigiam ao Departamento Agrário a fim de acessar terras para cultivar e morar. Seu fracasso é apontado como resultado de uma série de impedimentos e atrasos propositais ocasionados pela burocracia estatal, como forma de não efetivar a reforma agrária e proteger a propriedade latifundiária. Um sistema “bárbaro se emplea para proteger a los intereses de unos cuantos latifundistas, y lo único que delata es una grave crisis política que puede degenerar en revuelta nacional” (Garro, 1959, p. 1).

Quando argumenta que o personalismo político se sobrepõe às normas constitucionais – com uma espécie de soberania do presidente – e que a máquina do Estado é utilizada para beneficiar um pequeno grupo que retroalimenta o poder, Garro sugere que há, na práxis política mexicana em meados do século XX uma proximidade muito maior da autocracia do que de um governo democrático. “En todas partes, la democracia está siendo vencida por estos ávidos encargados de implantar el terror no sólo como medio de lograr el poder, sino como fin, ya que los medios son los fines” (Garro, 1964g). O que, em sua leitura, significaria um afastamento da própria concepção de Revolução. Afinal, ao idealizá-la como democrática em essência, modificar seu caráter a ponto de tornar-se o extremo oposto não seria apenas uma forma distinta de concebê-la e vivê-la, mas um avesso distorcido. Isto é, o autoritarismo não cabe no regime pós-revolucionário, pois é uma forma de política contrarrevolucionária, ao negar a premissa democrática que incute na sua interpretação do processo.

Voz crítica, voz silenciada

A originalidade da leitura de Elena Garro sobre a realidade mexicana não apenas lhe garantiu prêmios nacionais, como também lhe creditou um lugar social de voz autorizada a debater os problemas políticos do século XX. Entre 1956 e 1989, os artigos, entrevistas, reportagens e crônicas assinados por Elena Garro sempre apareciam anunciados nas manchetes dos jornais e revistas. Sua participação na imprensa foi marcante, sólida e constante durante décadas, garantindo um público fiel à colunista que aliava um ímpeto investigativo ao humor provocativo e o talento com as palavras. Fosse nos suplementos de cultura ou na seção de debates políticos, Garro trouxe para o centro das preocupações dos leitores a questão agrária e a desigualdade fundiária em meados do século XX⁷, os

⁷ São dezenas de textos que tratam do assunto, mas um dos mais contundentes dizia: “Los problemas evolucionan con el tiempo. La situación económica, demográfica, cultural y política de México ha variado en cincuenta años [...]. La Revolución mexicana resulta anticuada ideológicamente frente al nuevo planteamiento de las revoluciones modernas [...]. La solución romántica de la revuelta al grito de “¡Tierra y Libertad!”, puede producirse otra vez si no se da rápidamente una solución moderna a la vieja Revolución mexicana; si no se replantea el problema agrario desde bases más modernas. Evadir el problema, con frases y declaraciones que sólo tienden a encubrir la protección de intereses de una clase muy pequeña, significa la quiebra entera de la economía y política mexicanas” (Garro, 1965e).

escândalos de corrupção e terror de Estado do PRI⁸, as greves operárias e estudantis⁹, as tendências revolucionárias de esquerda dentro do México¹⁰, o distanciamento entre espaços de produção do conhecimento e população comum¹¹.

Frente a sua influência na esfera pública, parece controverso imaginar que tal intelectual caísse na penumbra com o passar dos anos. Afinal, como pode alguém atuar em tantas frentes, com tantos parceiros e ainda ser jogada ao papel de coadjuvante, ou pior, de mera figurante? Na tentativa de compreender sua marginalização, muitos estudos acabaram por idealizar e descontextualizar a autora, classificando-a anacronicamente como uma precursora do realismo mágico e autora de um “feminismo intuitivo” *avant la lettre*, que justificariam sua exclusão do cânone e da historiografia. Afinal, a preponderância de seu marido ou mesmo de grandes nomes do realismo mágico latino-americano – como Juan Rulfo, Alejo Carpentier ou Gabriel García Márquez – em um continente profundamente machista explica de forma simples e didática o desaparecimento de Elena Garro das páginas da história, além de reafirmar sua imagem idealizada de uma mente incompreendida por estar “à frente de seu tempo”. Nessa linha de pensamento, uma de suas mais famosas biógrafas afirmou:

En los años cincuenta, Elena Garro y Octavio Paz eran dos figuras sobresalientes [...]. Eran dos genios en el mismo campo de batalla. Sin embargo, bajo las estipulaciones patriarcales, no había espacio para ella. Era la esposa incómoda. Había que destruirla. *Garro, sin alianzas [...], carecía de armas para defenderse de sus detractores. Le quedaban su inteligencia y la palabra* (Lopátegui, 2014, p. 122. Grifo meu).

⁸ “Fue en 1965 cuando el PRI se trató de volver priista, de transformarse en un verdadero organismo político capaz de regular tendencias, controversias e inquietudes que invaden el clima político mexicano [...]. La verdad es que, actualmente, el PRI funciona más sobre las bases de una empresa privada que de un partido político [...]. Cuando el PRI produce un grupo reducido de priistas fanáticos y convencidos de los principios que representan, ese grupo se convierte inmediatamente en enemigo de los priistas oficiales, sin más ideología que la que permiten sus empresas comerciales” (Garro, 1966h).

⁹ “El derecho de huelga, de hecho, no de derecho, fue abolido. Se inventó el curioso delito de disolución social, y las facilidades de la iniciativa privada se hicieron a enormes costos de las clases humildes [...]. ¿Cuáles son los resultados visibles de esta derrota? La inconformidad de las clases obrera y campesina, ante los males endémicos que las asuelan, y el viraje ideológico de la clase pensante mexicana” (Garro, 1966c).

¹⁰ “El PRI, a pesar de su fuerza que diariamente despliega, se siente vulnerable [...]. La intención del licenciado Carlos A. Madrazo es según sus propias palabras, encabezar hacia el terreno civil y democrático del debate, el descontento y las inquietudes nacionales [...] [para] devolver la confianza en las autoridades a los descontentos que han perdido la esperanza en el partido y en la política oficial” (Garro, 1966c).

¹¹ “Las columnas de los periódicos [...] vienen colmadas de noticias de interés nacional: los intelectuales se pelearon, se insultaron, se arrojaron whisky a la cara, insultaron al gobierno y se llamaron nazis en nombre de la inteligencia porque no ganaron todos el premio de \$20,000 pesos que era para uno solo [...] Pero señores escritores mexicanos, [...] ¿Y los crímenes, atropellos, robos, despojos, cárceles y golpizas de que son víctimas todos los días, en todo el país, los campesinos mexicanos, no merecen de ustedes una sola palabrita? No. De eso es mejor no hablar. Este *malinchismo intelectual*, este verdadero malabarismo de mala fe de las ideas y las causas, que utilizan los escritores para justificar impunemente el título de escritor de izquierda y gozar, al mismo tiempo, de todas las prebendas de que goza un funcionario corrupto del Departamento Agrario, es más peligroso y más depreciable que el del mismo funcionario” (Garro, 1965n).

Embora considere os dois intelectuais como figuras de destaque no México, Patricia Rosas Lopátegui produz uma imagem de autora solitária, completamente desprovida de relações e aliados que lhe dessem oportunidades e caminhos no mundo intelectual. Teria, nesta visão, sido uma sobrevivente, que superou os planos do marido de eliminá-la do espaço público por meio de – e somente de – sua produção escrita.

É bastante estranho, mesmo em uma realidade marcada pelas desigualdades de gênero, que autora de tamanha importância e destaque saia de cena despercebida somente pelo desejo e influência de seu cônjuge, após consolidar leitores que a acompanhavam. É, aliás, um pouco inocente pensar que sem quaisquer aliados, a autora tivesse alcançado tal patamar, apenas com sua força de vontade, inteligência e habilidade com as palavras.¹² A letrada transitou vastamente entre grupos intelectuais de diversas regiões, firmando parcerias de trabalho e se consolidando como referência em seu campo – o que leva a crer que o silenciamento de tal escritora se deve a razões múltiplas e mais complexas, com enorme ligação a suas relações intelectuais e não ausência delas.

Em outras palavras, enquanto a tese de Rosas Lopátegui é de que Octavio Paz e seus companheiros intelectuais – que se tornaram autoridades na intelectualidade latino-americana – quiseram e conseguiram sabotar a produção de Garro, este trabalho busca dar um peso mais significativo à sua própria produção como um elemento que levou ao ocultamento da autora: sua abordagem crítica das revoluções no século XX,¹³ sua leitura do autoritarismo do governo mexicano na chave do totalitarismo, suas reflexões sobre democracia e Estado democrático no México durante os anos 1950,¹⁴ a atenção e protagonismo dado aos camponeses na sociedade, a subversão da lógica “contrarrevolucionária” engendrada pelo Partido Revolucionário Institucional são críticas contundentes e incômodas à estabilidade de um regime que apresentava tantas contradições e fragilidades.

Mulher inquieta e provocadora, seus textos operaram no enfrentamento aos grupos de poder em seu país e problematizavam a própria utopia da Revolução libertadora em toda

¹² Reforçamos, portanto, a importância de um olhar atento e cuidadoso, que não pretenda enquadrar um sujeito em moldes pré-formatados e coesos de agência. Elena Garro é exemplar para essa reflexão, pois desestabiliza as expectativas de produzir uma heroína do século XX, ativista, questionadora de padrões culturais e comportamentais relativos às mulheres: como demonstramos em nosso trabalho de mestrado, a polifonia de temas e as causas próprias que construiu em seus combates intelectuais – o agrarismo, a defesa da democracia, o Estado liberal, a reforma do regime priista – são ponto de inflexão na narrativa corrente de uma letrada-modelo que fala por outras mulheres.

¹³ “España, Bolivia, Cuba, China, Nicaragua, Rusia, la República Dominicana, etcétera, llevan desde hace muchos años el mismo apellido. Son países gobernados por aventureros que asaltaron el poder para salvar a sus países de unos males reales, con unas fórmulas imaginarias. Todos presentan los mismos síntomas: luchan por la libertad mientras la persiguen a sangre y fuego. Aplican interpretaciones personales de ideologías, que en su origen fueron opuestas a lo que pretenden representar actualmente” (Garro, 1964c).

¹⁴ “Cuando en una democracia el descontento popular toma las formas alarmantes de la clandestinidad, que es el primer paso hacia la dictadura y la represión, el gobierno democrático no puede ignorarlo, pues con su ignorancia abre las puertas a la violencia, contraria a su manera profunda de ser” (Garro, 1964c).

a América Latina. Indagou sobre as soluções políticas construídas coletivamente em seu tempo, inquiriu projetos que excluía as camadas mais vulneráveis da sociedade. No esforço de preservar um ideário supostamente revolucionário e de proteger uma memória heroica a respeito do passado recente, o regime priista abafou vozes que contradiziam a noção de que o partido era herdeiro legítimo e vivo dos movimentos de 1910, demandando respeito absoluto e subserviência. Postura, essa, que não cabia na irreverência de quem se uniu à Central Nacional Camponesa para protestar contra a concentração de terras ou adentrou o Arquivo Geral da Nação a fim de investigar personagens ligados às alas mais radicais da Revolução, apagados pelo projeto institucional e partidário que venceu a contenda.

Elena Garro nunca esteve fora do lugar ou do tempo. Como cunhou certa vez, *“las ideas encarnan en los hombres”* (Garro, 1965a). Personagem de sua própria época, encheu-se do espírito do conturbado século XX mexicano e assumiu para si a tarefa de criar novos mundos – mágicos e fantásticos – em que a invenção de horizontes diferentes da opressão e da violência fossem possíveis. Para tanto, reconhecia e denunciava as mazelas sociais e investidas políticas que o Estado pós-revolucionário produziu. Por vezes, vestiu-se de contradição e inquietude, uniu-se a seus múltiplos pares intelectuais, mas sempre foi fiel a seu próprio projeto: bebeu de tudo um pouco – liberalismo, republicanismo, democracia burguesa, iluminismo, Revoluções socialistas, arte surrealista – e soprou pelos ares dor e poesia.

Considerações finais: Elena Garro e a defesa de uma Revolução constitucional

Elena Garro foi uma personagem ímpar da intelectualidade mexicana. Ainda que suas ideias não fossem completamente inéditas – afinal, dialoga com uma tradição maderista e vasconcelista de leitura política, sem contar as inúmeras referências que possui dos autores liberais clássicos – articulou ideias e conceitos de forma inovadora para compreender a Revolução Mexicana no século XX. Enquanto as elites culturais se dividiam entre governistas – que buscavam sustentar com teorias as violências políticas vividas no regime pós-revolucionário – e oposição marxista – que a partir do início dos anos 1960 utilizou Cuba como farol para nortear os rumos da política mexicana – Garro mergulhou nas entranhas de seu país e se atreveu a fazer pesquisas de campo para defender a originalidade e pioneirismo da revolução nacional.

Sua obra e suas vivências sugerem que a formação católica, a vivência em um país de tradição revolucionária burguesa – a França –, bem como a circulação entre grupos intelectuais liberais tenham contribuído significativamente para entender a Revolução como popular e espontânea, em suas bandeiras e no momento do levante, mas arraigada

na lei e no ordenamento republicano para sobreviver e se perpetuar. Vendo como principal legado revolucionário a Constituição de 1917 e a legislação complementar (que versava sobre questões específicas, como aspectos processuais do acesso às terras repartidas), Garro contrariou a visão dominante de que o Partido Revolucionário Institucional era o herdeiro infalível da Revolução. Como consequência, explicitou que as escolhas feitas pelo PRI na condução do regime não eram inquestionáveis e superiores à Lei, além de dar novos significados para a ruptura da legalidade e o uso da violência: se a Constituição – que é, em sua interpretação, repositório da Revolução – é uma conquista da democracia, então em seu pensamento a Revolução é essencialmente democrática.

Assim, o emprego da força e a normalização da violência no cotidiano político rompia com bases revolucionárias fundamentais e culminava, mais extremamente, na desagregação social. O desastroso resultado, apontava Garro, era a destruição do corpo cívico e a desumanização do sujeito, uma vez que a violência naturalizada se torna aceitável e passível de ser utilizada por todos, a qualquer momento. No artigo *¿Para quiénes esta tumba es un delito?* (1964) e na entrevista *El presidente de Carlos Solórzano* (1966), por exemplo, a pensadora associa diretamente a propagação da violência à aceitação da mesma e, ao cabo, à aniquilação do humano. Tal maneira de interpretar a Revolução e a realidade mexicana nos anos 1950 e 1960 é singular, primeiramente por encampar a temática da democracia em um momento em que não havia um debate sobre este assunto posto na esfera pública (algo que ocorreria somente na virada para a década de 1970); em segundo lugar, por identificar e denunciar, muito antes do tradicional “ponto de virada” no regime – o Massacre de Tlatelolco – a escalada do autoritarismo e da violência, vistos como um problema social e político do século XX no México.

Referencias bibliográficas

- Aguilar Camín, H. & Meyer, L. (2000). *À sombra da revolução mexicana: história mexicana contemporânea, 1910-1989*. Edusp.
- Altamirano, C. (2010). *Historia de los intelectuales en América Latina* (vol. 2). Katz Editores.
- Córdova, A. (1973). *La ideología de la revolución mexicana: la formación del nuevo régimen*. Ediciones Era.
- Cosío Villegas, D. (1972). *Historia Mínima de México*. El Colegio de México.
- Crespo, R. (2010). *Revistas en América Latina: proyectos literarios, políticos y culturales*. Colección Miradas del Centauro. Ediciones y Gráficos Eón/UNAM.
- Costa, A. V. & PALTÍ, E. J. (2021) Os lugares das ideias na América Latina. Em *História intelectual e circulação de ideias na América Latina nos séculos XIX e XX*. Fino Traço.
- Gilly, A. (1972). *La revolución interrumpida: México, 1910-1920: una guerra campesina por la Tierra y el poder*. El Caballito.
- Katz, F. (1982). *La guerra secreta en México*. Ediciones Era.
- Knight, A. (1990). *The Mexican Revolution*. University of Nebraska Press.
- Krauze, E. (1994). *Siglo de caudillos: biografía política de México (1810-1910)*. Tusquets.
- LaCapra, D. (1989). *Rethinking Intellectual History: texts, contexts, language*. Cornell University Press.
- Loaeza, S. (1998). *Clases medias y política en México*. El Colegio de México.
- Loaeza, S. (2009). El fin del consenso autoritario y la formación de una derecha secularizada. En E. Pani. *Conservadurismo y derechas en la historia de México*. FCE/Conaculta.
- Lopátegui, P. R. (2014). *El asesinato de Elena Garro: periodismo a través de una perspectiva biográfica*. Ed. Universidad Autónoma de Nuevo León.
- López Obrador, A. M. [Andrés Manuel López Obrador] (20 de novembro de 2021). *Discurso del presidente en el 111 Aniversario del inicio de la Revolución Mexicana*. [Vídeo]. Youtube. https://www.youtube.com/watch?v=fREXH_Y-6sQ. 2'10"-30'56".
- Meyer, L. (2008). *La segunda muerte de la Revolución Mexicana*. Cal y Arena.
- Piccato, P.; Sacristán, C. (orgs.). (2005). *Actores, espacios y debates en la historia de la esfera pública en la Ciudad de México*. Instituto Mora/Universidad Nacional Autónoma de México.
- Mora, G. (2002). *Elena Garro: Lectura múltiple de una personalidad compleja*. Benemérita Universidad Autónoma de Puebla.
- Paltí, E. J. (2014). *¿Las ideas fuera de lugar?: Estudios y debates en torno a la historia político-intelectual latinoamericana*. Prometeo Libros.
- Perrot, M. (2019). *Minha história das mulheres*. Editora Contexto.
- Pozas Horcasitas, R. (2010). *Revista Mexicana de Literatura: territorio de la nueva élite intelectual (1955-1965)*. *Historia de los intelectuales en América Latina*. (vol. 2). Katz Editores.
- Sarlo, B. (2016). *Paisagens Imaginárias: Intelectuais, Arte e Meios de Comunicação*. EDUSP.

Fontes

Ficção

- Garro, E. (2016). Felipe Ángeles. En *Teatro Completo*. FCE.
 ----- (2003). *Los recuerdos del porvenir*. Joaquín Mortiz.

Periodismo

- Garro, E. (11 de janeiro de 1959). Breve historia de Ahuatepec I. *Presente!*, s/n, p. 5.
 ----- (25 de janeiro de 1959). Breve historia de Ahuatepec II. *Presente!*, s/n, p. 5.
 ----- (01 de fevereiro de 1959). Breve historia de Ahuatepec III. *Presente!*, s/n, p. 5.
 ----- (08 de fevereiro de 1959). Breve historia de Ahuatepec IV. *Presente!*, s/n, p. 5.
 ----- (12 de janeiro de 1964). Javier Rojo Gómez: contra uma política suicida/I. *Presente!*, s/n, p. 15.
 ----- (26 de janeiro de 1964). Javier Rojo Gómez: contra uma política suicida/II. *Presente!*, s/n, p. 7.
 ----- (16 de fevereiro de 1964). Javier Rojo Gómez: contra uma política suicida/III. *Presente!*, s/n, p. 5.
 ----- (08 de março de 1964). Javier Rojo Gómez: contra uma política suicida/IV. *Presente!*, s/n, p. 5.
 ----- (09 de maio de 1964). Javier Rojo Gómez: contra uma política suicida/V. *Presente!*, s/n, p. 5.
 ----- (23 de maio de 1964). ¿Para quiénes esta tumba es un delito?. *Presente!*, s/n, p. 9.
 ----- (30 de maio de 1964). Una conducta superior. *Presente!*, s/n, p. 9.
 ----- (13 de setembro de 1964). Los intelectuales pelean el hueso. *Presente!*, s/n, p. 5.
 ----- (21 de fevereiro de 1965). La nueva Era. *Presente!*, s/n, p. 9.
 ----- (04 de agosto de 1965). Los crimines se cometen en silencio. *Siempre!*, s/n, p.14.
 ----- (01 de setembro de 1965). El problema agrario sigue en pie después de 50 años de Revolución. *Siempre!* (185). p. 1-12.
 ----- (01 de dezembro de 1965). Algo muy raro: un político habla de literatura. *Siempre!*, s/n, p. 14-15.
 ----- (03 de junho de 1966). Carlos A. Madrazo y la izquierda mexicana. *Presente!*, s/n, p. 24-33.

- (23 de julho de 1966). ¿Hacia donde va el PRI? ¿Hacia la izquierda, el centro o la derecha?. *Sucesos para todos* (1732), p. 10-15.
- (10 de julho de 1966). El presidente de Carlos Solórzano. *Siempre!*, s/d, p. 13-14.
- (01 de abril de 1967). Los desalojados de Oaxaca. *Sucesos para todos* (1765), p. 10-16.
- (08 de abril de 1967). El Instituto Indigenista. *Sucesos para todos* (1766). P. 34-38.
- (10 de junho de 1967). Regis Debray o 'cuando oigo la palabra intelectual saco mi revolver y disparo...'. *Sucesos para todos* (1775). P. 16-21.
- (01 de julho de 1967). Regis Debray, ejemplo para América. *Sucesos para todos* (1778), p. 58-59.
- (15 de julho de 1967). Los católicos con Régis Debray" (artigo). *Sucesos para todos* (1780), p. 73-75.
- (19 de julho de 1967). Roberto Fernández Retamar: Poeta entrevistado e imprevisto. *Siempre!*, s/d, p. 4-5.